

GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES:
compreensões preliminares

INFORMATION GOVERNANCE IN ORGANIZATIONS:
preliminary understandings

Pedro Ivo Silveira Andretta¹

José Aroldo Costa Carvalho Junior²

Michelle Juliana Vieira Gomes³

RESUMO

A Governança da Informação tem assumido papel estratégico nas organizações diante do crescimento do volume de dados, da transformação digital e da necessidade de informações confiáveis para a tomada de decisão. Este estudo teve como objetivo apresentar as discussões sobre Governança da Informação, identificando compreensões teóricas, contextos de aplicação e sua integração junto aos processos decisórios. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão narrativa a partir da base de dados Scopus. Os resultados indicam que a Governança da Informação passou de uma abordagem associada à gestão documental e à conformidade regulatória para uma perspectiva estratégica, interdisciplinar e orientada ao uso da informação como ativo organizacional; os principais contextos de aplicação envolvem gestão documental, governança organizacional, transformação digital, governança de dados, segurança da informação, privacidade, proteção de dados e ambientes interorganizacionais; e sua contribuição para a qualificação dos processos decisórios ao estabelecer políticas, responsabilidades, fluxos, tecnologias e mecanismos de controle capazes de assegurar qualidade, confiabilidade, integridade e uso responsável da informação. Conclui-se que a Governança da Informação constitui um campo interdisciplinar em expansão, desempenhando papel fundamental na gestão estratégica dos ativos informacionais e no suporte aos processos organizacionais em ambientes cada vez mais orientados por dados.

Palavras-chave: Governança da informação; Gestão da informação; Revisão Narrativa.

ABSTRACT

Information Governance has assumed a strategic role in organizations in view of the growth in data volume, digital transformation, and the need for reliable information to support decision-making. This study aimed to present discussions on Information Governance by identifying theoretical understandings, contexts of application, and its integration into decision-making processes. To achieve this objective, a narrative review

¹ Professor | Universidade Federal de Rondônia | E-mail: andretta_pedro@yahoo.com.br

² Professor | Centro Universitário São Lucas | E-mail: aj_pvh@yahoo.com.br

³ Professora | Centro Universitário Aparício Carvalho | E-mail: michellejulianavieira@gmail.com



was conducted using the Scopus database. The results indicate that Information Governance has shifted from an approach associated with records management and regulatory compliance to a strategic, interdisciplinary perspective oriented toward the use of information as an organizational asset; that its main contexts of application involve records management, organizational governance, digital transformation, data governance, information security, privacy, data protection, and interorganizational environments; and that it contributes to the improvement of decision-making processes by establishing policies, responsibilities, flows, technologies, and control mechanisms capable of ensuring the quality, reliability, integrity, and responsible use of information. It is concluded that Information Governance constitutes an expanding interdisciplinary field, playing a fundamental role in the strategic management of information assets and in supporting organizational processes in environments increasingly driven by data.

Keywords: Information governance; Information management; Narrative review.

1 INTRODUÇÃO

Com o aumento da dependência das tecnologias informacionais nas organizações, o crescimento do volume de dados produzidos e processados e a intensificação das preocupações com segurança, transparência e conformidade, a Governança da Informação tem se consolidado como um tema estratégico no mundo corporativo e nas instituições públicas. No contexto brasileiro, as discussões sobre o tema têm ganhado relevância em decorrência da ampliação dos serviços digitais, da expansão da produção de dados e da necessidade de fortalecimento dos mecanismos de transparência, acesso à informação e proteção de dados.

A literatura nacional destaca que a informação passou a ocupar posição central nas organizações públicas e privadas, exigindo estruturas capazes de assegurar qualidade, segurança, acessibilidade, conformidade e geração de valor social. Nessa perspectiva, a Governança da Informação ultrapassa os limites da gestão tecnológica, incorporando dimensões relacionadas à gestão da informação e do conhecimento, à mediação informacional, ao valor da informação, à redução das assimetrias informacionais e ao suporte à tomada de decisão (Daehn; Selig, 2022; Manhique, 2025). Minho (2025) argumenta que a Governança da Informação (mobilizado pela autora como “Governança Informacional”) deve ser compreendida para além da gestão técnica de dados e sistemas, abrangendo processos de localização, disseminação, acesso, mediação, uso e apropriação da informação em seus múltiplos contextos. Essa perspectiva reforça a necessidade de



compreender a informação como recurso estratégico para a promoção da transparência, da cidadania digital e da democratização do conhecimento.

Embora as discussões sobre Governança da Informação tenham se ampliado nos últimos anos, ainda se observa a necessidade de sistematizar os modos como a literatura tem abordado seus conceitos, enfoques teóricos, contextos de aplicação e relações com gestão, fluxos informacionais, dados, tecnologia e tomada de decisão. Diante disso, esta pesquisa assume como questão exploratória: como a literatura científica tem compreendido a Governança da Informação, suas aplicações e integração na gestão organizacional e processos decisórios? Assim, define-se o objetivo: apresentar as discussões sobre Governança da Informação, identificando compreensões teóricas, contextos de aplicação e sua integração junto aos processos decisórios.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Governança da Informação (GI) consolidou-se como uma abordagem interdisciplinar voltada à definição de estruturas, políticas, processos e responsabilidades capazes de assegurar que a informação seja gerenciada de forma eficiente, segura e estratégica ao longo de seu ciclo de vida. Embora suas origens estejam associadas à gestão documental, o conceito parece ter se transformado para abranger dimensões relacionadas à governança corporativa, à gestão da informação, à gestão de dados, à segurança, à conformidade regulatória e ao apoio à tomada de decisão (Hagmann, 2013; Lomas, 2010; Brooks, 2019; Maurel; Dufour; Zwarich, 2017). Mullon e Ngoepe (2019) destacam que a Governança da Informação integra diferentes disciplinas organizacionais, enquanto In et al. (2019) e Rasouli et al. (2016) evidenciam sua função na coordenação de fluxos informacionais e na garantia da qualidade das informações compartilhadas entre organizações e redes de negócios. Manhique (2025), por sua vez, compreende a Governança da Informação como um framework que auxilia as organizações a lidar com a explosão informacional e com as assimetrias de informação, considerando dimensões como valor, compliance, qualidade, privacidade e segurança da informação.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à relação entre Governança da Informação, qualidade da informação e tomada de decisão, especialmente em ambientes corporativos e em níveis estratégicos de gestão. Nessa perspectiva, a Governança da Informação atua como mecanismo orientador da criação, captura, armazenamento, uso,



compartilhamento e descarte das informações, contribuindo para a geração de conhecimento e para o alcance dos objetivos organizacionais (Mikalef et al., 2020; Manhique, 2025; Asfoura, 2022).

A literatura também evidencia forte aproximação entre Governança da Informação, segurança da informação, privacidade e conformidade regulatória. Estudos como os de Lomas (2010), Mourby (2020), Hofman et al. (2019) e Sanchez Gonzalez et al. (2024) demonstram que a efetividade da Governança da Informação depende da implementação de mecanismos capazes de assegurar confidencialidade, integridade, disponibilidade, proteção de dados e controle de acesso. Além disso, a expansão de tecnologias digitais, como *big data*, *blockchain*, *analytics* e Internet das Coisas, ampliou a necessidade de estruturas de governança que garantam transparência, rastreabilidade e uso responsável da informação (Franks, 2020; Selvakumar et al., 2025; Silva et al., 2021).

No contexto brasileiro, a Governança da Informação tem sido compreendida como uma abordagem estratégica voltada à gestão, ao uso e à geração de valor a partir dos recursos informacionais. Daehn e Selig (2022) destacam que a Governança da Informação atua como elemento articulador entre gestão da informação e gestão do conhecimento, contribuindo para a transformação de dados e informações em ativos capazes de apoiar processos organizacionais e decisórios. Sob a perspectiva da Ciência da Informação, Manhique (2024) argumenta que a informação possui valor intrínseco para indivíduos e organizações, sendo a Governança da Informação compreendida como responsável por estabelecer mecanismos que assegurem sua qualidade, acessibilidade, confiabilidade e utilização estratégica. Minho (2025) amplia essa discussão ao abordar a Governança da Informação no contexto do Governo Digital brasileiro. Neste estudo, a noção de Governança Informacional é compreendida como complementar e necessária à Governança TI, especialmente por enfatizar processos de mediação, disseminação, acesso, apropriação e democratização da informação. Essa abordagem evidencia que a Governança da Informação não se limita à eficiência organizacional, mas também envolve dimensões sociais, políticas e informacionais relacionadas à transparência, à cidadania digital e ao direito de acesso à informação.

A literatura demonstra que a Governança da Informação constitui um fenômeno multidimensional, situado na interseção entre dimensões tecnológicas, organizacionais, regulatórias e sociais. Estudos recentes ampliam sua aplicação para contextos como administração pública digital, cadeias de suprimentos, instituições acadêmicas,



compartilhamento científico de dados e economia digital, indicando que a Governança da Informação ultrapassa os limites da gestão documental e assume papel central na coordenação dos recursos informacionais em ambientes complexos e intensivos em dados (Brown; Toze, 2017; Caron, 2024; Krause; Chen; Fischer, 2024; In et al., 2019).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como teórico-conceitual, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de uma revisão narrativa da literatura. Esse tipo de revisão possibilita reunir, analisar e discutir contribuições teóricas e conceituais produzidas sobre determinado tema, permitindo uma compreensão ampliada do estado do conhecimento, das diferentes abordagens presentes na literatura científica e das tendências temáticas relacionadas à Governança da Informação.

O levantamento bibliográfico foi realizado em abril de 2026, na base de dados Scopus, utilizando a estratégia de busca "information governance" or "governança da informação" or "gobernanza de la información" para os campos título, "resumo e palavras-chave", limitando a busca às áreas de "Ciências Sociais" (*Social Sciences*), "Negócios, Gestão e Contabilidade" (*Business, Management and Accounting*), "Ciências da Decisão" (*Decision Sciences*) e "Economia, Econometria e Finanças" (*Economics, Econometrics and Finance*), para maior assertividade dos resultados relacionados à gestão de diferentes organizações; com restrição de período até 2025 e sem restrição ao idioma ou tipo de documento. A seguir, apresenta-se a expressão de busca mobilizada:

TITLE-ABS-KEY ("Information Governance" OR "governança da informação" OR "gobernanza de la información") AND (LIMIT-TO (SUBJAREA , "DECI") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "BUSI") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "SOCI") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "ECON")) AND PUBYEAR > 1977 AND PUBYEAR < 2026

A escolha da Scopus justifica-se por sua ampla cobertura de periódicos científicos internacionais e por sua capacidade de recuperar estudos de diferentes áreas do conhecimento, aspecto relevante diante do caráter interdisciplinar da Governança da Informação.

A busca inicial resultou em 428 registros, provenientes de artigos, anais de conferência, livros, revista comercial e coleção de livros. Em seguida, realizou-se uma



triagem preliminar por meio da leitura dos títulos e resumos, com o objetivo de verificar a aderência dos documentos ao escopo da pesquisa. Após essa etapa, foram selecionados 123 documentos para análise mais detalhada, sendo excluídos os registros que mencionaram os termos buscados de forma “marginal”, i.e., sem dar importância à expressão em nível conceitual.

Na etapa seguinte, buscou-se o acesso aos textos completos dos 123 documentos selecionados. Nessa fase, identificou-se como limitação a indisponibilidade de parte significativa dos documentos em ambiente virtual ou por meio dos canais institucionais de acesso disponíveis. Os documentos não localizados foram solicitados diretamente aos autores, porém, até a conclusão da pesquisa, não houve retorno positivo que possibilitasse sua inclusão no corpus. Dessa forma, o corpus final da revisão foi composto por 33 documentos disponíveis integralmente; o que por um lado, limita a pesquisa pelo viés de disponibilidade, mas por outro, é suficiente para a exploração preliminar. Cabe destacar que dos 123 documentos selecionados, apenas 23 eram de alguma modalidade de acesso aberto (verde, dourado, híbrido, bronze).

Quadro 1 – Pesquisas localizadas para a análise

1	PwC (2010)	11	Brown e Toze (2017)	21	Janah e Mayesti (2020)
2	Lomas (2010)	12	Maurel, Dufour e Zwarich (2017)	22	Mikalef et al. (2020)
3	Hagmann (2013)	13	Brooks (2019)	23	Mourby (2020)
4	Silic e Back (2013)	14	Daneshmandnia (2019)	24	Silva et al. (2021)
5	Wright (2013)	15	Fan (2019)	25	Torres e Silva et al. (2021)
6	Guichard-Spica e Maurel (2015)	16	Hofman et al. (2019)	26	Asfoura (2022)
7	Husson (2015)	17	In et al. (2019)	27	Daehn e Selig (2022)
8	Foster (2016)	18	Mullon e Ngoepe (2019)	29	Caron (2024)
9	Rasouli et al. (2016a)	19	Thiarai, Chotvijit e Jarvis (2019)	30	Sanchez Gonzalez et al. (2024)
10	Rasouli et al. (2016b)	20	Franks (2020)	31	Krause, Chen e Fischer (2024)
				32	Nasir, Salwana e Ahmad (2025)
				33	Selvakumar et al. (2025)

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

A análise dos 33 documentos foi conduzida de forma qualitativa e descritiva, com base na leitura integral dos textos selecionados. A partir da leitura e interpretação dos estudos, os conteúdos foram organizados em eixos temáticos, contemplando dimensões como: i. Transformação conceitual; ii. Contextos de aplicação; iii. Relações entre Governança da Informação, gestão, fluxos informacionais, dados, tecnologia e tomada de



decisão.

4 RESULTADOS

A análise dos documentos selecionados permitiu identificar que a Governança da Informação constitui um campo em processo de consolidação, marcado por transformações conceituais, ampliação dos contextos de aplicação e crescente articulação com processos decisórios organizacionais. Embora suas formulações iniciais tenham se aproximado de práticas relacionadas à gestão documental, à conformidade regulatória e ao controle do ciclo de vida dos registros, a literatura analisada demonstra que o conceito passou a incorporar dimensões mais amplas, envolvendo qualidade da informação, segurança, privacidade, governança de dados, transformação digital, inovação e geração de valor.

Os resultados indicam que a Governança da Informação deixou de ser compreendida apenas como um conjunto de procedimentos voltados ao controle documental, passando a ser tratada como uma abordagem estratégica e interdisciplinar para orientar políticas, responsabilidades, processos, tecnologias e práticas de uso da informação nas organizações. Nesse sentido, a informação passa a ser reconhecida como ativo organizacional, cuja gestão adequada depende de estruturas de governança capazes de assegurar confiabilidade, integridade, disponibilidade, transparência e uso responsável.

Com base na análise do corpus, esta seção organiza os resultados em três eixos complementares. O primeiro aborda a transformação conceitual da Governança da Informação, evidenciando sua passagem de uma perspectiva centrada em documentos e conformidade para uma abordagem mais integrada, estratégica e orientada por dados. O segundo apresenta os principais contextos de aplicação identificados na literatura, destacando sua presença na gestão documental, na governança organizacional, na transformação digital, na segurança da informação, na proteção de dados e em ambientes interorganizacionais. O terceiro discute a relação entre Governança da Informação e integração dos processos decisórios, demonstrando como políticas, fluxos informacionais, dados e tecnologias contribuem para decisões mais qualificadas, responsáveis e sustentadas em informações confiáveis.



4.1 Transformação conceitual

Inicialmente, os conceitos de Governança da Informação estiveram associados à gestão documental e à conformidade regulatória, passando posteriormente a incorporar temas como qualidade da informação, segurança e privacidade. Em sua formulação contemporânea, a Governança da Informação passou a ser compreendida de modo mais amplo, envolvendo o uso estratégico da informação e seu reconhecimento como ativo organizacional.

Trabalhos como os de Silic e Back (2013), Wright (2013) e Rasouli *et al.* (2016) incorporaram elementos relacionados à cultura organizacional, à qualidade da informação, ao compartilhamento informacional e à governança em ambientes interorganizacionais. Nesse movimento, a Governança da Informação deixa de ser compreendida exclusivamente como mecanismo de controle documental e passa a ser tratada como capacidade organizacional voltada a assegurar a qualidade, a confiabilidade e o uso adequado das informações nos processos decisórios e operacionais.

Outra perspectiva mais estratégica e integrada da Governança da Informação é vista em Brown e Toze (2017), que a compreende como um conceito guarda-chuva que engloba políticas, processos e tecnologias voltados à gestão da informação e dos dados ao longo de todo o seu ciclo de vida. Na mesma direção, Brooks (2019) descreve a Governança da Informação como uma disciplina capaz de integrar gestão documental, privacidade, conformidade, gestão de riscos, tecnologia da informação e segurança da informação.

Na produção mais recente, observa-se nova ampliação conceitual impulsionada pela transformação digital. Temas como *big data*, *blockchain*, proteção de dados, inteligência analítica, ecossistemas digitais e compartilhamento de dados passam a integrar o debate sobre Governança da Informação. Mikalef *et al.* (2020) associam a Governança da Informação à capacidade de promover inovação baseada em *big data*, enquanto Franks (2020) e Selvakumar *et al.* (2025) discutem seus desafios diante das tecnologias *blockchain*. De forma complementar, Sanchez Gonzalez *et al.* (2024) enfatizam a importância da Governança da Informação para o compartilhamento responsável de dados científicos, e Krause, Chen e Fischer (2024) propõem sua incorporação como dimensão analítica para compreender as economias digitais contemporâneas. A seguir, uma tentativa de sistematização das transformações conceituais da Governança da Informação.



Quadro 2 – Transformação conceituais da Governança da Informação

Recorte	Transformação conceitual do termo	Como a Governança da Informação (GI) é entendida	Textos representativos
Primeira formulação organizacional	De segurança, acesso e conformidade para um termo agregador ainda instável	Nos textos iniciais, GI aparece muito próxima de informação segura, acesso controlado, conformidade e gestão do risco. O conceito ainda não é estabilizado; Hagmann o descreve como imaturo e sujeito a uso inflacionado, enquanto Lomas o aproxima do contexto britânico de segurança e acesso. Silic & Back acrescentam a pressão dos dispositivos móveis, e Wright mostra a dependência de cultura e treinamento para conformidade.	Lomas 2010; Hagmann 2013; Silic & Back 2013; Wright 2013.
Virada arquivística e administrativa	De função arquivística a moldura organizacional transversal	A literatura francófona e a de administração pública deslocam GI do “fim do ciclo” documental para o governo do fluxo informacional em toda a organização. O arquivo deixa de ser apenas destino e vira infraestrutura de responsabilidades, integridade, autenticidade, acesso e prova. Brown & Toze ampliam esse raciocínio para o setor público digital, defendendo uma visão holística que preserve memória, <i>accountability</i> e transparência.	Guichard-Spica & Maure 2015, Persée; Husson 2015, Persée; Maurel et al. 2017, Persée; Brown & Toze 2017.
Expansão para redes, ecossistemas e processos	De controle interno para coordenação sociotécnica de fluxos interorganizacionais	Foster propõe compreender o trabalho com dados em contexto de economia, governança e ética; Rasouli descreve GI como requisito e depois como capacidade dinâmica em redes de negócios; In et al. recontextualizam o conceito para a cadeia de suprimentos. O núcleo semântico muda: governar informação já não é só custodiar, mas coordenar fluxos, interoperabilidade, decisões e dependências entre atores.	Foster 2016; Rasouli et al. 2016a e 2016b; In et al. 2019



<p>Debate disciplinar e institucionalização</p>	<p>De “buzzword” para campo disputado entre gestão documental, compliance, privacidade, TI e política pública</p>	<p>Brooks mostra três leituras simultâneas: GI como oportunidade para gestão documental, como sucessora necessária da gestão documental e como rebranding sem novidade substantiva. Mullon & Ngoepe reforçam a fragmentação do campo ao listar gestão documental, gestão da informação, privacidade, acesso à informação, governança corporativa, risco, segurança da informação e e-discovery como facetas que tendem a operar isoladamente; Janah & Mayesti e Asfoura já respondem a esse problema com modelos de maturidade e ciclo de vida.</p>	<p>Brooks 2019; Mullon & Ngoepe 2019; Janah & Mayesti 2020; Asfoura 2022</p>
<p>Consolidação jurídico-ética e analítica</p>	<p>De conformidade estática para governança contextual do uso, do risco e da inovação</p>	<p>Daneshmandnia associa efetividade da GI à cultura e à confiança; Fan vincula GI ao risco jurídico da e-discovery; Thiarai trata GI como equilíbrio entre acesso analítico, segurança, ética e aprovação; Hofman, Franks e Mourby mostram que <i>blockchain</i>, GDPR e anonimização não eliminam a necessidade de GI, mas a aprofundam; Mikalef demonstra que GI pode inclusive fortalecer capacidades de inovação radical em ambientes de <i>big data analytics</i>; Torres e Silva et al. Aborda a Governança da Informação em ambientes corporativos digitais e intensivos em dados.</p>	<p>Daneshmandnia, 2019; Fan, 2019; Thiarai et al., 2019; Hofman et al., 2019; Franks, 2020; Mourby 2020; Mikalef et al., 2020; Torres e Silva et al (2021)</p>
<p>Fase recente</p>	<p>De arquitetura organizacional para infraestrutura normativa, semântica, valorativa e de desenho digital</p>	<p>Caron propõe GI como um dos alicerces da transformação digital de instituições; Sanchez Gonzalez deslocam o problema para a normalização semântica dos “<i>conditions of use</i>”; Krause introduz GI como dimensão macroinstitucional e político-econômica; Nasir transforma princípios de GI em base de ontologia de <i>dashboards</i>; Selvakumar mostra a migração</p>	<p>Caron 2024; Sanchez Gonzalez, 2024; Krause et al., 2024; Nasir et al., 2025; Selvakumar et al. 2025</p>



		do termo para governança acadêmica baseada em <i>blockchain</i> .	
--	--	---	--

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

O levantamento permite identificar que o termo governança da informação não evoluiu de modo linear, mas por acréscimo de camadas conceituais. A camada inaugural é securitário-compliance: proteger, controlar acesso e reduzir risco. Em seguida, forma-se a camada arquivístico-organizacional: governar a informação desde a criação, articulando arquivo, documento, sistemas e responsabilidade institucional. Depois emerge a camada interorganizacional e sociotécnica: coordenar fluxos, plataformas, redes e ecossistemas. Mais recentemente, instala-se uma camada jurídico-ética e analítica, em que governança da informação regula compartilhamento, anonimidade, *blockchain*, *big data* e inovação.

Em termos de definição analítica, o eixo mais robusto do corpus não descreve a governança da informação apenas como “gestão da informação”, nem apenas como “gestão de documentos”, e tampouco como simples sinônimo de “*data governance*”. O ponto comum mais forte é que governança da informação opera como estrutura de decisão e responsabilidade sobre o uso, a qualidade, a proteção, a disponibilidade, a retenção, a circulação e o valor da informação em contextos organizacionais e sociais específicos. Desse modo, podemos compreender que a governança da informação é um arranjo organizacional e sociotécnico de princípios, papéis, processos, controles e decisões que orienta o ciclo de vida, o uso, o compartilhamento, a proteção, a qualidade, a interpretação e a geração de valor da informação, em conformidade com requisitos legais, éticos, operacionais e estratégicos.

4.2 Contextos de aplicação

Embora os primeiros estudos estejam fortemente vinculados à gestão documental e à arquivística, observa-se uma expansão gradual da Governança da Informação para áreas relacionadas à governança de dados, transformação digital, inovação, compliance e ecossistemas informacionais complexos. Apesar dessa ampliação, o contexto mais recorrente identificado no corpus corresponde à gestão documental.

Trabalhos como os de Lomas (2010), Hagmann (2013), Husson (2015), Guichard-Spica e Maure (2015), Brooks (2019) e Franks (2020) abordam a Governança da Informação como mecanismo de governança do ciclo de vida da informação, incluindo



criação, classificação, armazenamento, preservação, acesso e descarte de documentos. Para esses autores, a preocupação central concentra-se na conformidade normativa, na preservação da memória organizacional e na garantia da autenticidade e da confiabilidade dos registros.

Outro contexto amplamente explorado refere-se à governança organizacional e à gestão estratégica da informação. Estudos como os de Maurel, Dufour e Zwarich (2017), Daneshmandnia (2019), Mullon e Ngoepe (2019) e Rasouli et al. (2016) destacam a informação como ativo estratégico e enfatizam a necessidade de estruturas formais de governança capazes de assegurar qualidade, transparência, responsabilização e suporte à tomada de decisão. Nessa perspectiva, a Governança da Informação é compreendida como elemento fundamental para a coordenação de processos organizacionais e para a geração de valor a partir dos recursos informacionais.

A transformação digital constitui outro importante contexto de aplicação identificado na literatura. Brown e Toze (2017), Caron (2024), Silva *et al.* (2021), Mikalef *et al.* (2020) e Nasir *et al.* (2025) associam a Governança da Informação aos desafios decorrentes da digitalização dos processos organizacionais, da adoção de sistemas corporativos, do uso de *big data* e da crescente dependência de ambientes digitais.

Há ainda crescente presença da Governança da Informação em contextos relacionados à segurança, à privacidade e à proteção de dados, especialmente em ambientes corporativos. Trabalhos como os de Hofman *et al.* (2019), Mourby (2020), Sanchez Gonzalez *et al.* (2024) e Asfoura (2022) evidenciam preocupações com conformidade regulatória, proteção de dados pessoais, compartilhamento seguro de informações e mitigação de riscos associados ao uso intensivo de dados. Nesse conjunto de estudos, a Governança da Informação aparece como instrumento essencial para assegurar o equilíbrio entre acesso, uso, compartilhamento e proteção da informação.

Estudos mais recentes ampliam os contextos de aplicação da Governança da Informação para ambientes interorganizacionais e ecossistemas digitais. In *et al.* (2019) exploram sua aplicação em cadeias de suprimentos, Rasouli *et al.* (2016) analisam redes de negócios orientadas a serviços, enquanto Krause, Chen e Fischer (2024) discutem sua relevância para a economia digital e para diferentes modelos institucionais de governança. A seguir, uma tentativa de sistematização das transformações dos contextos de aplicação relacionados à Governança da Informação.



Quadro 3 – Transformação cronológico-temática dos contextos de aplicação da Governança da Informação

Período	Eixo temático de aplicação	Autores e ano
2010–2015	Segurança da informação, acesso, conformidade e gestão documental	PwC (2010); Lomas (2010); Hagmann (2013); Wright (2013); Guichard-Spica e Maurel (2015); Husson (2015)
2016–2017	Redes organizacionais, serviços e ambientes digitais	Rasouli et al. (2016a); Rasouli et al. (2016b); Brown e Toze (2017)
2016–2019	Cultura informacional, ética e efetividade organizacional	Foster (2016); Daneshmandnia (2019)
2017–2019	Responsabilidade arquivística e papel profissional	Maurel, Dufour e Zwarich (2017); Brooks (2019)
2019	E-discovery, <i>compliance</i> legal e gestão de riscos	Fan (2019)
2019	Governança da Informação em nível nacional	Mullon e Ngoepe (2019)
2019	Cadeias de suprimentos e redes interorganizacionais	In et al. (2019)
2019–2025	<i>Blockchain</i> , confiança, privacidade e registros distribuídos	Hofman et al. (2019); Franks (2020); Selvakumar et al. (2025)
2020	Produção audiovisual, documentação e televisão pública	Janah e Mayesti (2020)
2020–2021	<i>Big Data</i> , <i>analytics</i> , Planejamento de Recursos Empresariais (ERP) e Indústria 4.0	Mikalef et al. (2020); Silva et al. (2021); Torres e Silva et al (2021)
2020–2024	Saúde, anonimização, biobancos e recursos biomédicos	Mourby (2020); Thiarai, Chotvijit e Jarvis (2019); Sanchez Gonzalez et al. (2024)
2022	Governança da Informação, gestão do conhecimento e criação de valor	Daehn e Selig (2022)
2022–2024	Modelagem, instituições digitais e estudos de caso	Asfoura (2022); Caron (2024)
2024–2025	Economia digital, governo digital e políticas públicas	Krause, Chen e Fischer (2024)
2025	Ontologias, dashboards e apoio à decisão	Nasir, Salwana e Ahmad (2025)

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

No levantamento, identificamos que os contextos de aplicação da Governança da Informação se deslocam de uma matriz inicial associada a gestão documental, segurança, acesso, conformidade e cultura informacional para domínios mais amplos, como



administração pública digital, redes interorganizacionais, cadeias de suprimento, *big data analytics*, ERP/Indústria 4.0, *blockchain*, saúde, biobancos, governo digital e ontologias para sistemas de apoio à decisão. Assim, a governança da informação aparece menos como uma prática restrita ao controle documental e mais como um arranjo sociotécnico para definir responsabilidades, regras de uso, qualidade, segurança, acesso, valor e *accountability* da informação em ambientes organizacionais e digitais complexos.

4.3 Governança da Informação e integração dos processos decisórios

O corpus da pesquisa indica que a Governança da Informação atua como um sistema de direcionamento organizacional voltado à definição de políticas, responsabilidades, processos e mecanismos de controle sobre os ativos informacionais. Nessa perspectiva, a informação é tratada como recurso estratégico, exigindo práticas gerenciais capazes de garantir sua qualidade, disponibilidade, integridade e valor para a organização. Autores como Hagmann (2013), Brooks (2019), Maurel, Dufour e Zwarich (2017) e Mullon e Ngoepe (2019) defendem que a Governança da Informação amplia o escopo da gestão tradicional da informação ao incorporar elementos relacionados à governança corporativa, à conformidade regulatória, à gestão de riscos e à *accountability*.

Os estudos analisados demonstram que a efetividade da Governança da Informação depende da capacidade organizacional de controlar, monitorar e coordenar fluxos de informação internos e externos. In *et al.* (2019) argumentam que a governança dos fluxos informacionais é fundamental para garantir a qualidade das informações compartilhadas em cadeias de suprimentos, enquanto Rasouli et al. (2016) destacam sua relevância para redes de negócios e ambientes colaborativos. De forma semelhante, os estudos relacionados à gestão documental evidenciam que a Governança da Informação está associada ao controle do fluxo da informação ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde a criação até o descarte ou a preservação dos documentos/registros.

A expansão dos ambientes digitais, associada ao crescimento do *big data*, da análise de dados e dos processos de digitalização organizacional, ampliou a necessidade de mecanismos capazes de assegurar qualidade, consistência, integridade e confiabilidade dos dados utilizados pelas organizações. Trabalhos como os de Mikalef *et al.* (2020), Silva *et al.* (2021), Sanchez Gonzalez *et al.* (2024) demonstram que a Governança da



Informação passou a incorporar preocupações relacionadas à governança de dados e ao compartilhamento seguro de informações.

Os trabalhos analisados também indicam que a transformação digital tem ampliado significativamente a complexidade dos ambientes informacionais, exigindo novas estruturas de governança capazes de lidar com sistemas corporativos, plataformas digitais, *blockchain*, *analytics*, inteligência artificial e ecossistemas baseados em dados. Brown e Toze (2017), Caron (2024), Hofman et al. (2019), Franks (2020) e Selvakumar et al. (2025) demonstram que as tecnologias digitais não substituem os mecanismos de governança; ao contrário, aumentam sua importância ao introduzir novos desafios relacionados à segurança, à privacidade, à interoperabilidade, à rastreabilidade e à conformidade regulatória. A seguir, uma tentativa de sistematização das transformações dos contextos de aplicação relacionados à Governança da Informação.

Quadro 4 – Tipos de integração da Governança da Informação aos processos decisórios

Tipo de integração aos processos decisórios	Autores e ano	Como a Governança da Informação se integra à decisão
1. Integração por controle, segurança, acesso e conformidade	PwC (2010); Lomas (2010); Hagemann (2013); Guichard-Spica e Maurel (2015); Husson (2015)	A Governança da Informação é mobilizada para definir políticas, controles, responsabilidades, critérios de acesso, retenção, preservação e segurança da informação.
2. Integração documental, arquivística e baseada em evidências	Brooks (2019); Maurel, Dufour e Zwarich (2017); Franks (2020); Selvakumar et al. (2025)	A Governança da Informação é relacionada à confiabilidade dos registros, à autenticidade documental, à preservação, à rastreabilidade e ao papel dos profissionais da informação.
3. Integração cultural e organizacional	Wright (2013); Daneshmandnia (2019); Foster (2016)	A Governança da Informação é associada à cultura informacional, ao comportamento organizacional, à ética no trabalho com dados e à efetividade das práticas institucionais.
4. Integração estratégica e criação de valor organizacional	Hagemann (2013); Brown e Toze (2017); Daehn e Selig (2022); Caron (2024)	A Governança da Informação é compreendida como estrutura estratégica para transformar informação em valor, inovação, conhecimento e capacidade institucional.



5. Integração interorganizacional e em redes	Rasouli et al. (2016a); Rasouli et al. (2016b); In et al. (2019)	A Governança da Informação orienta o compartilhamento, a coordenação e a responsabilização sobre fluxos informacionais entre diferentes organizações.
6. Integração jurídico-regulatória e gestão de riscos legais	Fan (2019); Hofman et al. (2019); Mourby (2020); Mullon e Ngoepe (2019)	A Governança da Informação é aplicada à conformidade legal, privacidade, proteção de dados, e-discovery, anonimização e responsabilidade institucional.
7. Integração ética e técnico-regulatória em dados sensíveis	Thiarai, Chotvijit e Jarvis (2019); Mourby (2020); Gonzalez et al. (2024) / Sanchez Gonzalez et al. (2024)	A Governança da Informação é relacionada ao uso de dados sociais, biomédicos e de saúde, envolvendo consentimento, custódia, comitês de ética, acesso, padronização e reutilização.
8. Integração tecnológica e infraestrutura digital	Silic e Back (2013); Hofman et al. (2019); Franks (2020); Selvakumar et al. (2025); Krause, Chen e Fischer (2024)	A Governança da Informação é associada a tecnologias digitais, dispositivos móveis, <i>blockchain</i> , registros distribuídos, economia digital e infraestruturas informacionais.
9. Integração analítica, data-driven e apoio direto à decisão	Mikalef et al. (2020); Silva et al. (2021); Nasir, Salwana e Ahmad (2025); Torres e Silva et al (2021)	A Governança da Informação é incorporada a <i>Big Data Analytics</i> , ERP, <i>dashboards</i> , ontologias, qualidade dos dados, visualização e sistemas de apoio à decisão.
10. Integração operacional e gerencial em setores específicos	Janah e Mayesti (2020); Silva et al. (2021)	A Governança da Informação é usada para avaliar ou estruturar práticas informacionais em organizações específicas, como televisão pública e sistemas contábeis/ERP.
11. Integração político-administrativa e governo digital	Brown e Toze (2017); Mullon e Ngoepe (2019); Krause, Chen e Fischer (2024)	A Governança da Informação é vinculada à administração pública, governo digital, transparência, coordenação institucional e capacidade estatal.
12. Integração metodológica para decisões de pesquisa	Asfoura (2022)	A Governança da Informação não aparece necessariamente como objeto de decisão organizacional, mas os estudos contribuem para decisões metodológicas ou analíticas sobre como revisar, caracterizar e estudar o tema.

Fonte: Dados da pesquisa (2026)



Por fim, a relação entre Governança da Informação e decisão não ocorre de forma única. Em parte do levantamento, ela aparece como suporte indireto à decisão, por meio de segurança, conformidade, preservação, acesso e responsabilidade documental. Em outro conjunto, atua como infraestrutura estratégica da decisão, articulando informação, conhecimento, cultura, valor e inovação. Nos estudos mais recentes, a integração torna-se mais direta, especialmente quando a governança da informação é associada a *Big Data Analytics*, ERP, *dashboards*, ontologias, *blockchain* e dados sensíveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tomou como objetivo apresentar as discussões sobre Governança da Informação, identificando compreensões teóricas, contextos de aplicação e sua integração junto aos processos decisórios. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão narrativa da literatura com base em documentos indexados na base Scopus. A análise dos trabalhos foi conduzida de forma qualitativa e descritiva.

Os resultados demonstraram que a Governança da Informação constitui um campo de pesquisa em expansão, caracterizado por elevada interdisciplinaridade e pela convergência de contribuições oriundas da Ciência da Informação, Administração, Sistemas de Informação, Governança Corporativa, Gestão de Dados e áreas correlatas. A análise evidenciou que não existe uma definição única e consensual para o conceito, embora os estudos apresentem elementos comuns relacionados à criação de estruturas, políticas, processos, responsabilidades e mecanismos de controle voltados à gestão dos ativos informacionais. Nesse sentido, a Governança da Informação pode ser compreendida como um conjunto de práticas destinadas a assegurar qualidade, segurança, integridade, disponibilidade, conformidade e valor da informação ao longo de seu ciclo de vida.

A análise temporal dos estudos permitiu identificar transformações conceituais, que poderão ser ainda mais marcantes, em uma revisão com mais documentos. Enquanto os trabalhos mais antigos concentram-se em aspectos relacionados à gestão documental e à segurança da informação, os estudos mais recentes ampliam o escopo da Governança da Informação para temas como governança de dados, transformação digital, *blockchain*, *analytics*, proteção de dados, compartilhamento de informações e inovação organizacional. Essa transformação indica que a Governança da Informação deixou de ser



compreendida apenas como mecanismo de controle documental e passou a ser tratada como abordagem estratégica para a gestão de recursos informacionais em ambientes complexos e intensivos em dados.

Em relação aos contextos de aplicação, verificou-se que a Governança da Informação tem sido empregada em diferentes ambientes organizacionais e institucionais. Os resultados indicam aplicações em gestão documental, administração pública, cadeias de suprimentos, instituições acadêmicas, ambientes digitais, sistemas corporativos, saúde, compartilhamento científico de dados e ecossistemas tecnológicos baseados em *blockchain*. Essa diversidade reforça o caráter transversal do conceito e sua capacidade de apoiar processos organizacionais em diferentes setores e níveis de complexidade.

Outro resultado relevante refere-se à relação entre Governança da Informação, gestão, fluxos informacionais, dados, tecnologia e tomada de decisão. Nesse contexto, a Governança da Informação desempenha papel estratégico ao coordenar fluxos informacionais, promover integração entre processos, reduzir assimetrias informacionais e fortalecer a utilização da informação como suporte à tomada de decisão.

Como contribuição teórica, esta revisão narrativa preliminar consolida diferentes perspectivas sobre Governança da Informação, oferecendo uma visão integrada da literatura científica. Além disso, o estudo contribui para a compreensão das relações existentes entre informação, dados, tecnologia e gestão, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e para o desenvolvimento de modelos organizacionais voltados ao uso estratégico da informação.

Reconhece-se como limitação metodológica o fato de a revisão ter sido realizada em uma única base de dados e de o corpus final estar condicionado à disponibilidade dos textos completos. Sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação sobre a integração entre Governança da Informação, seus elementos, processos e modelos conceituais.

REFERÊNCIAS

ASFOURA, Evan. Deriving Suitable Characterization Model for Information Governance from Case Study Analysis Perspective. **Journal of System and Management Sciences**, v. 12, n. 3, p. 271-285, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33168/JSMS.2022.0314>. Acesso em: 20 maio 2026.



BROOKS, Julie. Perspectives on the relationship between records management and information governance. **Records Management Journal**, v. 29, n. 1/2, p. 5-17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2018-0032> . Acesso em: 19 mai. 2026.

BROWN, David. C. G.; TOZE, Sandra. Information governance in digitized public administration. **Canadian Public Administration**, v. 60, n. 4, p. 581-604, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/capa.12227> . Acesso em: 20 maio 2026.

CAMARGO JUNIOR, Raimundo Nonato et al.. Revisão integrativa, sistemática e narrativa - aspectos importantes na elaboração de uma revisão de literatura. **Revista ACB**, Florianópolis v. 28, n. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8970882> . Acesso em: 19 mai. 2026.

CARON, Daniel. J. Information Governance: Paving the Way to Digital Institutions and Organizations. **Canadian Public Administration**, v. 67, p. 506-516, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/capa.12585> . Acesso em: 19 mai. 2026.

DAEHN, Cheryl Maureen; SELIG, Paulo Mauricio. Perspectiva da governança de informação nas organizações: da predição à ação das práticas de gestão da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação em Revista**, v. 9, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/cir/article/view/12530> . Acesso em: 12 maio 2026.

DANESHMANDNIA, Ali. The influence of organizational culture on information governance effectiveness. **Records Management Journal**, v. 29, n. 1/2, p. 18-41, 2019. Disponível em: <https://www.emerald.com/rmj/article-abstract/29/1-2/18/373140/The-influence-of-organizational-culture-on?redirectedFrom=PDF> . Acesso em: 19 mai. 2026.

FAN, G. The role of information governance in e-discovery – the case of China. **Records Management Journal**, v. 29, n. 1/2, p. 168-177, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2018-0031> . Acesso em: 19 mai. 2026.

FOSTER, J. Towards an understanding of data work in context: Emerging issues of economy, governance, and ethics. **Library Hi Tech**, v. 34, n. 2, p. 182-196, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/LHT-12-2015-0121> Acesso em: 19 maio 2026.

FRANKS, Patricia C. Implications of Blockchain Distributed Ledger Technology for Records Management and Information Governance Programs. **Records Management Journal**, v. 30, n. 3, p. 287-299, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-08-2019-0047> . Acesso em: 20 maio 2026.

GUICHARD-SPICA, Hélène; MAURE, Anne-Sophie. From Archiving to Information Governance: The Example of the Ministry of Defense. **Gazette des Archives**, v. 240, n. 4, p. 191-204, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/gazar.2015.5297> . Acesso em: 20 maio 2026.

HAGMANN, Jost. Information Governance – Beyond the Buzz. **Records Management Journal**, v. 23, n. 3, p. 228-240, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-04-2013-0008> . Acesso em: 17 maio 2026.



HOFMAN, Darra; LEMIEUX, Victoria Louise; JOO, Alysha; BATISTA, Danielle Alves. "The Margin Between the Edge of the World and Infinite Possibility": Blockchain, GDPR and Information Governance. **Records Management Journal**, v. 29, n. 1/2, p. 240-257, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-12-2018-0045>. Acesso em: 18 maio 2026.

HUSSON, Lionel. Archives Management System, Information Governance: A Stronger Relationship Over Time. **Gazette des Archives**, v. 240, n. 4, p. 167-168, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/gazar.2015.5294>. Acesso em: 18 maio 2026.

IN, Joonhwan; BRADLEY, Randy; BICHESCU, Bogdan C.; AUTRY, Chad W. Supply Chain Information Governance: Toward a Conceptual Framework. **International Journal of Logistics Management**, v. 30, n. 2, p. 506-526, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJLM-05-2017-0132>. Acesso em: 20 maio 2026.

JANAH, N.; MAYESTI, N. Maturity Model Matrix of Information Governance in the Republic of Indonesia Public Television Broadcasting Institution. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, v. 14, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.uowoajournals.org/aabfj/article/id/1073/> Acesso em: 19 maio 2026.

KRAUSE, Theresa; CHEN, Mo; FISCHER, Doris. Information Governance: A Missing Dimension in the Varieties of Capitalism Framework Illustrated Using the Case of Information Governance in China. **Journal of Digital Economy**, v. 3, p. 75-84, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jdec.2024.08.001>. Acesso em: 20 maio 2026.

LOMAS, Elizabeth. Information Governance: Information Security and Access within a UK Context. **Records Management Journal**, v. 20, n. 2, p. 182-198, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09565691011064322>. Acesso em: 21 maio 2026.

MANHIQUE, Ilídio Lobato Ernesto. Information Governance and the Perspective of Information Value in Information Science. **AtoZ**, v. 14, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/atoz.v14.90761>. Acesso em: 10 maio 2026.

MAUREL, Dominique; DUFOUR, Chantal; ZWARICH, Nathalie. La valeur ajoutée de l'archiviste: nouveaux rôles et nouvelles responsabilités au sein de la gouvernance de l'information. **Gazette des Archives**, 2017. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/gazar_0016-5522_2017_num_245_1_5516 Acesso em: 19 maio 2026.

MIKALEF, Patrick; BOURA, Maria; LEKAKOS, George; KROGSTIE, John. The Role of Information Governance in Big Data Analytics Driven Innovation. **Information and Management**, v. 57, n. 7, art. 103361, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.im.2020.103361>. Acesso em: 19 maio 2026.

MINHO, Amanda Guise. Governança Informacional e Ciência da Informação: Cenários e Perspectivas no Contexto do Governo Digital Brasileiro. In: FÓRUM DE ESTUDOS EM INFORMAÇÃO, SOCIEDADE E CIÊNCIA, 7., 2025, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2025. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/384262>. Acesso em: 21 maio 2026.



MOURBY, Miranda. Anonymity in EU Health Law: Not an Alternative to Information Governance. **Medical Law Review**, v. 28, n. 3, p. 478-501, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/medlaw/fwaa010>. Acesso em: 19 maio 2026.

MULLON, Paul Anthony; NGOEPE, Mpho. An Integrated Framework to Elevate Information Governance to a National Level in South Africa. **Records Management Journal**, v. 29, n. 1/2, p. 103-116, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2018-0030>. Acesso em: 20 maio 2026.

NASIR, Ahadi Haji Mohd.; SALWANA, Ely; AHMAD, Mohammad Nazir. Integrating Information Governance as the Foundation for Information Dashboard Design Ontology. **Journal of Information Technology Education: Innovations in Practice**, v. 24, p. 1-24, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.28945/5432>. Acesso em: 20 maio 2026.

PRICEWATERHOUSECOOPERS (PwC). **Information Security Breaches Survey 2010** – Technical report. Comissão por Infosecurity Europe, abril de 2010.

RASOULI, Mohammad R.; ESHUIS, Rik; TRIENEKENS, Jos J. M.; KUSTERS, Rob J.; GREFFEN, Paul W. P. J. Information Governance as a Dynamic Capability in Service Oriented Business Networking. **IFIP Advances in Information and Communication Technology**, v. 480, p. 457-468, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-45390-3_39. Acesso em: 20 maio 2026.

RASOULI, M. R. et al. Information governance requirements in dynamic business networking. **Industrial Management & Data Systems**, v. 116, n. 7, p. 1356-1379, 2016b. Disponível em em: <https://doi.org/10.1108/IMDS-06-2015-0260> Acesso em: 19 maio 2026.

SANCHEZ GONZALEZ, Maria del Carmen et al. Common Conditions of Use Elements: Atomic Concepts for Consistent and Effective Information Governance. **Scientific Data**, v. 11, n. 1, art. 465, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41597-024-03279-z>. Acesso em: 20 maio 2026.

SELVAKUMAR, B. et al. Integrating Blockchain with Information Governance in Academic Institutions. **Indian Journal of Information Sources and Services**, v. 15, n. 4, p. 217-229, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.51983/ijiss-2025.IJISS.15.4.25>. Acesso em: 20 maio 2026.

SILIC, Mario; BACK, Andrea. Factors Impacting Information Governance in the Mobile Device Dual-Use Context. **Records Management Journal**, v. 23, n. 2, p. 73-89, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-11-2012-0033>. Acesso em: 18 maio 2026.

SILVA, Adriana Kivanski de Senna et al. Governança da Informação no Contexto dos Módulos Contábeis dos Sistemas ERP para a Indústria 4.0. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 11, n. especial, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/81477>. Acesso em: 19 maio 2026.

THIARAI, Malkiat; CHOTVIJIT, Sarunkorn; JARVIS, Sthephen. Balancing information governance obligations when accessing social care data for collaborative research.



Records Management Journal, v. 29, n. 1/2, p. 194-209, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-09-2018-0029> Acesso em: 19 maio 2026.

TORRES E SILVA, Marcelo Demichelli et al. Governança da informação no contexto dos módulos contábeis dos sistemas Enterprise Resource Planning (ERP) para a indústria 4.0: proposta de framework. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/81477> . Acesso em: 29 jun. 2026.

WRIGHT, Trudi. Information Culture in a Government Organization: Examining Records Management Training and Self-Perceived Competencies in Compliance with a Records Management Program. **Records Management Journal**, v. 23, n. 1, p. 14-36, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09565691311325004>. Acesso em: 18 maio 2026.

